

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO – SAMAE
MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2025

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 87/2025

ASSUNTO: Decisão sobre a Impugnação ao Edital apresentada pela empresa Dal Pozzo Advogados.

IMPUGNANTE: Dal Pozzo Advogados.

IMPUGNADO: Município de Timbó/SC – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação Administrativa, protocolada em 10 de outubro de 2025, pelo escritório **DAL POZZO ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.546.213/0001-86, doravante denominado Impugnante, em face dos termos do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025, certame instaurado pelo Município de Timbó/SC, por intermédio do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE, que tem por objeto a outorga de concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território do Município de Timbó/SC, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O procedimento licitatório em questão rege-se, fundamentalmente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

A Impugnante, em sua peça, alega, em apertada síntese, a existência de vícios e irregularidades no instrumento convocatório e seus anexos, os quais, segundo seu

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

entendimento, demandam correção por parte desta Administração. Os fundamentos específicos da impugnação foram articulados nos seguintes pontos:

- a) a Impugnante sustenta que a definição do valor estimado do contrato, baseada na soma das receitas tarifárias ao longo do prazo da concessão, seria inadequada e destoaria das melhores práticas de mercado, que adotam o montante dos investimentos (Capex) como referência. Afirma que tal metodologia infla artificialmente o valor do contrato, resultando em uma Garantia de Proposta desproporcional, o que, em última instância, restringiria a competitividade do certame ao afastar potenciais concorrentes;
- b) a Impugnante aduz que a alteração dos requisitos de qualificação econômico-financeira para fundos de investimento, realizada por meio de resposta a pedido de esclarecimento (Questionamento 14) a poucos dias da data de entrega das propostas, configuraria uma modificação substancial das regras editalícias. Alega que a referida alteração, além de ter sido informada em prazo exíguo, gerou insegurança jurídica por remeter a um critério (Índice de Alavancagem) extraído de outro edital (SANEPAR), com indicadores de base distintos, o que demandaria a republicação do instrumento convocatório;
- c) a Impugnante alega, por fim, que a Comissão de Contratação teria promovido mudanças importantes nos documentos editalícios, especificamente a revisão do Anexo XII – Regulamento de Reajuste e Revisão Tarifária, em resposta a impugnação anterior, sem a devida republicação do Edital e reabertura dos prazos. Sustenta que a definição do modelo de regulação (contratual vs. discricionário) é uma questão crucial para a formulação das propostas, e sua alteração, ainda que a título de esclarecimento, impactaria a competitividade, exigindo novos prazos para a participação de todos os interessados.

Ao final de sua manifestação, a Impugnante requer o recebimento e o regular processamento da presente impugnação para que sejam corrigidos os itens apontados no Edital

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

e em seus anexos, com a consequente republicação dos documentos e reabertura dos prazos para a apresentação das propostas, nos termos do art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os autos foram instruídos com o Parecer Jurídico elaborado pela Fundação Ezute, entidade contratada para a estruturação técnica e jurídica do projeto de concessão, o qual analisou pormenorizadamente cada um dos pontos levantados pela Impugnante, opinando, ao final, pela improcedência integral da impugnação.

É o relatório do necessário. Passo a decidir.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Da Admissibilidade da Impugnação

Preliminarmente, cumpre analisar os pressupostos de admissibilidade da presente impugnação. Conforme estabelece o item 11.1 do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025, *"Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o EDITAL por eventual irregularidade, devendo, para tanto, protocolar sua impugnação em até 3 (três) dias úteis antes da DATA DE ENTREGA DOS VOLUMES"*. Tal disposição editalícia está em perfeita consonância com o que preceitua o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Data de Entrega dos Volumes, conforme cronograma referencial do certame (item 25 do Edital), está fixada para o dia 15 de outubro de 2025. A presente impugnação foi protocolada em 10 de outubro de 2025, portanto, dentro do prazo legal e regulamentar estabelecido. A peça foi devidamente assinada e encaminhada no formato previsto no instrumento convocatório.

Dessa forma, preenchidos os requisitos formais de tempestividade e legitimidade, conheço da presente Impugnação Administrativa e passo à análise de seu mérito.

II.II. Da Análise de Mérito

Superada a fase de admissibilidade, adentro ao exame das razões de mérito apresentadas pela Impugnante, analisando cada ponto de forma individualizada, com fundamento nas disposições do Edital, na legislação aplicável e no abalizado Parecer Jurídico da Fundação Ezute, que serve de suporte técnico a esta decisão.

a) Da inadequação da definição do valor estimado do contrato e da suposta restrição à competitividade

A Impugnante alega que o valor estimado do contrato, calculado com base na soma das receitas tarifárias, seria inadequado e levaria a uma Garantia de Proposta desproporcional. Tal argumento não merece prosperar.

Primeiramente, o próprio Edital, em sua Cláusula 6.2, é explícito ao afirmar que o valor estimado do contrato possui finalidade **meramente referencial** e não poderá ser invocado para pleitear reequilíbrios ou indenizações. Sua função é, portanto, indicativa, não impactando diretamente a formação das propostas ou a execução contratual.

Em segundo lugar, a Impugnante equivoca-se ao correlacionar, de forma automática, o valor estimado do contrato com todos os requisitos de qualificação. O requisito de qualificação técnica (item 22.10.1 do Edital), por exemplo, foi adequadamente fixado com base no valor dos investimentos do projeto, no montante de R\$ 82.420.749,40, em linha com a melhor prática apontada pela própria Impugnante e em conformidade com o art. 67, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quanto à Garantia de Proposta, seu valor de R\$ 17.232.631,70 corresponde a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, o que está em estrita observância ao limite legal imposto pelo art. 58, §1º, da mesma Lei de Licitações. A metodologia adotada, de utilizar o somatório das receitas como base para o valor estimado, é prática consolidada em projetos de saneamento de grande envergadura, como as concessões dos Estados do Rio de Janeiro e do Amapá, conforme bem destacado no parecer técnico da Fundação Ezute. Além disso, o próprio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), em sua análise prévia sobre este projeto, chancelou a metodologia adotada tanto para o valor do contrato quanto para a garantia de proposta.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

Portanto, as disposições do Edital estão em total consonância com a legislação e com as boas práticas do setor, não havendo qualquer irregularidade, desproporcionalidade ou restrição indevida à competitividade.

b) Dos indicadores econômico-financeiros para fundos de investimento e da ausência de republicação

A Impugnante sustenta que a alteração dos requisitos para fundos de investimento configuraria modificação substancial do Edital, exigindo sua republicação. O argumento, contudo, inverte a lógica dos fatos.

O Edital original, ao prever apenas índices aplicáveis a sociedades comerciais, criava um obstáculo à participação de fundos de investimento. A resposta ao Questionamento 14, longe de criar uma nova exigência restritiva, teve o condão de **viabilizar** a participação desses agentes, ao estabelecer um critério de qualificação econômico-financeira equivalente e compatível com sua natureza jurídica (o Índice de Alavancagem). Tratou-se, portanto, de um mero esclarecimento que **ampliou** a competitividade do certame, e não o contrário.

Não se tratou de uma alteração que afetasse a formulação das propostas, mas sim de um ajuste que permitiu a formalização da participação de uma categoria de licitantes que o Edital, desde o início, visava incluir. Conforme o art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, alterações que não afetam a formulação das propostas dispensam a republicação e a reabertura de prazos. A medida adotada, portanto, foi adequada e benéfica à ampla competição.

c) Da alteração do Edital sem republicação – Anexo XII

A Impugnante alega que a revisão textual do Anexo XII – Regulamento de Reajuste e Revisão Tarifária, em resposta a outra impugnação, deveria ter ensejado a republicação do Edital. Esta alegação também não procede.

Conforme bem esclarecido pelo parecer técnico da Fundação Ezute, as alterações realizadas no referido anexo possuíram natureza **meramente redacional e esclarecedora**. O

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

objetivo foi harmonizar a redação do Anexo XII com o modelo de **regulação por contrato**, que já estava previsto e consolidado nos demais documentos editalícios e nas respostas a pedidos de esclarecimentos anteriores.

Não houve qualquer modificação substancial dos critérios de regulação, revisão ou reequilíbrio contratual. A atualização textual apenas reforçou a segurança jurídica e a transparência do processo, sem introduzir novos parâmetros ou alterar o conteúdo técnico ou econômico das disposições. Assim, por não afetar o mérito da formulação das propostas, a manutenção dos prazos originalmente fixados está em plena conformidade com o já mencionado art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

III. DA CONCLUSÃO

Ante a análise pormenorizada de cada um dos pontos arguidos pela Impugnante, conclui-se que nenhum de seus argumentos merece prosperar. Como restou demonstrado na fundamentação precedente, as disposições do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025 e de seus Anexos encontram-se em plena conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Federal nº 8.987/1995, bem como com as práticas mais modernas e consolidadas em contratos de concessão no setor de saneamento básico.

Verifica-se que as alegações apresentadas pela Impugnante refletem interpretações parciais ou descontextualizadas do conjunto normativo que rege o certame. Não se vislumbra qualquer ilegalidade, vício ou afronta a princípios constitucionais ou legais que justifique a alteração das regras editalícias. Ao contrário, as cláusulas impugnadas foram cuidadosamente elaboradas para assegurar a isonomia entre os licitantes, a modicidade tarifária para os usuários, a sustentabilidade econômico-financeira da concessão e, acima de tudo, a prestação adequada e eficiente dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Timbó/SC.

IV. DO DISPOSITIVO

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

Diante de todo o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito acima aduzidas, e acolhendo integralmente as conclusões do Parecer Jurídico elaborado pela Fundação Ezute, esta Presidência da Comissão Especial de Contratação **DECIDE**:

1. **CONHECER** da Impugnação Administrativa apresentada pelo escritório **Dal Pozzo Advogados**, por ser tempestiva e preencher os requisitos de admissibilidade.
2. No mérito, **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a referida impugnação, por não se sustentarem os vícios e ilegalidades apontados.
3. Por consequência, **MANTER INCÓLUMES** todos os termos do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025 e de seus respectivos anexos.
4. **DETERMINAR** o regular prosseguimento do certame, conforme as regras e o cronograma estabelecidos no instrumento convocatório.

Publique-se a presente decisão no sítio eletrônico oficial do Município de Timbó/SC, para conhecimento de todos os interessados, e notifique-se a Impugnante, na forma da lei.

Cumpra-se.

Timbó/SC, 14 de outubro de 2025.

Jorge Mateus Marchetti Junior
Presidente da Comissão Especial de Contratação
Portaria nº 845/2025